

Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRAS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO 063/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2022 REGISTRO DE PREÇO Nº 026/2022

Menor Preço por item

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 48, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, EXCETO PARA OS ITENS 45, 102, 103, 120, 148, 151, 153, 155, 157, 158, 160 e 161 AMPLA CONCORRENCIA.

OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, MATERIAL ELÉTRICO, FERRAMENTAS E CORRELATOS, conforme especificações e quantitativos discriminados no Termo de Referência e demais anexos do Edital.

APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES:

DIA 09/08/2022 – 09:00h (horário limite)

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL:

DIA 09/08/2022 – (no fim do credenciamento)

LOCAL: Sala da Comissão Permanente de Licitação, Rua Antônio Moreira Barros, Nº 101, Teixeiras, Minas Gerais.

CONSULTAS AO EDITAL: Site oficial do município http://www.teixeiras.mg.gov.br

ESCLARECIMENTOS: Telefone (31) 3895-1066 Ramal 34

E-mail <u>licitacao@teixeiras.mg.gov.br</u>



Estado de Minas Gerais

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Teixeiras, com endereço à Rua Antônio Moreira Barros, Nº 101, Centro, na cidade de Teixeiras, estado de Minas Gerais, torna pública a abertura do Processo Licitatório 063/2022, na modalidade Pregão Presencial Nº 022/2022, Registro de Preço Nº 026/2022 do tipo Menor preço por item, regido pela Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei nº 13.979/20 alterada pela Lei nº 14.035/2020, Lei Federal nº 8.666/93, LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014, Decreto Federal nº 8.538/2015, Decreto Municipal nº 102/2012 que regulamenta o uso do pregão e demais dispositivos legais vigentes, alterações posteriores e normas aplicáveis à matéria naquilo que não contrarie este Edital e pelas cláusulas e condições abaixo declinadas. Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira da Prefeitura Municipal, Sr.ª Eliane Aparecida Medina e pela Equipe de Apoio nomeadas pela Portaria nº 1.702 de 05 de abril de 2022.

A apresentação para credenciamento dos licitantes ocorrerá no dia 04/08/2022 às 09:00h (horário limite) e abertura da sessão do pregão presencial ocorrerá também no dia 04/08/2022 (no fim do credenciamento), na sede da Prefeitura Municipal de Teixeiras, no endereço supramencionado.

1. OBJETO

- 1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, MATERIAL ELÉTRICO, FERRAMENTAS E CORRELATOS**, conforme especificações e quantitativos discriminados no termo de referência e demais anexos do edital.
- 2. A descrição detalhada dos itens consta no termo de referência, anexo i, deste edital, devendo as licitantes interessadas em participar deste certame analisá-las para que não haja dúvidas sobre o objeto deste processo.
- 3. Integram este edital todos os seus anexos, assim como o termo de referência.
- 4. Para o julgamento das propostas, será considerado a menor preço por item.

2. ÁREA SOLICITANTE

- 2.1 Secretaria de Obras, M. Ambiente e Infraestrutura
- 2.2 As despesas decorrentes desta licitação correrãoà conta de recursos financeiros específicos, alocados na Prefeitura Municipal De Teixeiras MG do exercício vigente, os quais serão detalhadamente discriminados quando da emissão da respectiva Nota de Empenho/AF.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- **3.1** Participarão da sessão do Pregão Presencial os representantes credenciados junto à Pregoeira, devendo o interessado, ou seu representante, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame (modelo do **Anexo III**) e as empresas deverão ter atividade pertinente ou compatível ao objeto licitado.
- 3.2 Não poderão participar deste pregão os interessados que se encontrarem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação, ou estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município ou outro órgão público em qualquer esfera da administração pública, ou tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como licitantes que se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio.



Estado de Minas Gerais

- **3.3** Para efeitos de participação das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta licitação, nos termos do art. 3°, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, são considerados:
- 3.3.1 MEI Microempreendedor Individual o microempreendedor, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufira, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais).
- 3.3.2 **Microempresa** o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufira, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais).
- 3.3.3 Empresa de Pequeno Porte o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufira, em cada anocalendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).
- 3.3.4 Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:
- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- f) Constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;
- g) Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações;
- 3.4 Não poderá participar da presente licitação o autônomo ou a empresa:
- 3.4.1 Suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;



Estado de Minas Gerais

- 3.4.2 Em consórcio;
- 3.4.3 Com falência decretada;
- 3.4.4 Empresas coligadas ou que mantenham atividades comerciais comuns/compartilhadas;
- 3.4.5 Proponentes enquadrados no artigo 9º da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações;
- 3.4.6 Proponentes enquadrados nas hipóteses da Súmula Vinculante nº 13 do STF;
- 3.4.7 A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis;
- 3.4.8 Que estiver incursa nas penalidades previstas no art. 87, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/93;
- 3.4.9 Estejam impedidas de licitar e de contratar com qualquer ente federado (União, Estados, Municípios, Autarquias e Órgãos da Administração pública direta e entidades da administração Pública Indireta) com base no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;
- 3.4.10 Estiverem inclusas em uma das situações previstas no art. 9° da Lei Federal nº 8.666/93;
- 3.4.11 A vedação à participação de interessadas que estejam reunidas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que a presente aquisição é compatível com a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, cumprem as exigências de qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de Contrato dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.
- 3.5 Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento do objeto licitado não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução.
- 3.5.1 A Prefeitura Municipal de Teixeiras MG, reserva-se no direito de não aceitar os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o Contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal n 8.666/93.
- **3.6** Na hipótese de substituição, a Contratado deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente no Contrato.

4 - CONSULTAS AO EDITAL E ESCLARECIMENTOS

- **4.1** Cópia deste instrumento convocatório encontra-se disponível no site oficial do município de Teixeiras no endereço https://www.teixeiras.mg.gov.br/index.php/licitacoes/editais-de-licitacao, junto à CPL da Prefeitura Municipal e também permanecerá afixada no quadro de avisos localizado no *hall* de entrada (andar térreo) do Edificio-Sede da Prefeitura Municipal até o dia do certame.
- **4.2** Os pedidos de esclarecimentos acerca do edital deverão ser encaminhados ao protocolo da Prefeitura Municipal de Teixeiras ou pelo e-mail <u>licitacao@teixeiras.mg.gov.br.</u> Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma licitante.

5 - CREDENCIAMENTO



Estado de Minas Gerais

- **5.1** Os representantes dos licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto à Pregoeira, no horário estipulado no preâmbulo deste edital, munidos do instrumento de constituição da empresa registrado no órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, carteira de identidade ou documento legal equivalente, documento que o credencie a participar deste certame. No caso de procuração por instrumento público ou particular, a mesma deverá conter firma reconhecida e atribuir poderes para apresentar proposta, formular lances, assinar documentos e praticar todos os atos em direito admitidos e pertinentes ao certame, em nome do licitante.
- **5.1** Caso o credenciado seja sócio ou dirigente da empresa é indispensável a comprovação de ser detentor de poderes que o habilite a formular lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame em nome do licitante.
- **5.3** O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto à Pregoeira implica em responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão.
- **5.4** O não atendimento de qualquer das normas indicadas neste item 5 e respectivos subitens importará no não credenciamento da empresa e, consequentemente, na sua exclusão da fase de lances.
- **5.5** O modelo do **ANEXO III** somente substituirá a Procuração caso o mesmo for apresentado **com firma reconhecida em cartório** e junto com documento que comprove os poderes do mandante da outorga, ou seja, ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado. Em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;
- 5.5.1 Será admitido apenas um representante para cada licitante, sendo vedado a este representar mais de uma credenciada, corroborando o disposto no item 3.3.
- 5.5.2 No caso de sócio da empresa proponente não apresentar o Modelo sugerido no ANEXO III, deverá o mesmo apresentar declaração de acordo com os termos do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, sob pena de responsabilização nos termos da Lei.
- 5.5.3 A ausência de credenciamento não constituirá motivo de inabilitação do proponente ou desclassificação de sua proposta. Também não o será, se o referido documento estiver inserido em quaisquer dos envelopes obrigatórios.
- 5.5.4 Na ausência do credenciamento, o proponente ficará sem representante perante a Comissão, não podendo fazer consignar em ata suas observações, rubricar documentos, bem como praticar os demais atos de um mandatário, persistindo esta situação até que a exigência do credenciamento seja atendida.
- **5.6** Microempresas ME, microempreendedor ou Empresas De Pequeno Porte EPP:
- 5.6.1 Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de Microempresas ME, e Empresas de Pequeno Porte EPP, deverão apresentar o documento indicado no itens 5.6.1.1, ainda, devendo ser observado que o documento deverá ser apresentado NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO, SOB PENA DE PRECLUSÃO do exercício dos direitos e prerrogativas da Lei Complementar 123/06, Lei Complementar 147/2014 e Decreto 8.538/2015.
- 5.6.1.1 Certidão expedida pela Junta Comercial da Unidade da Federação da sede da licitante, comprovando a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias;
- 5.7 Declaração de Atendimento ao Instrumento Convocatório ANEXO V (apresentar juntamente com o credenciamento).



Estado de Minas Gerais

5.8 - A ausência do credenciado sem autorização da Pregoeira, em qualquer momento da sessão, importará na sua imediata exclusão da fase de lances verbais, mantendo-se sua proposta escrita.

6 - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

- 6.1 No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital, cada licitante entregará ao Pregoeiro e seus auxiliares:
- a) Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme Anexo III (a referida declaração deverá estar por fora dos envelopes).
- b) 01 (um) envelope contendo a proposta comercial (ENVELOPE Nº 1); e
- c) 01 (um) envelope contendo os documentos da habilitação (ENVELOPE Nº 2)
- d) Os envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação" deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues ao(à) Pregoeiro(a), na sessão de pregão imediatamente após o credenciamento, conforme endereço, dia e horário especificados no instrumento convocatório.
- e) A administração não se responsabilizará por envelopes de "Proposta Comercial" e "Documentação de Habilitação" que não sejam entregues ao Pregoeiro (a) designado, no local, data e horário definidos neste Edital. Os licitantes que enviarem envelopes pelo serviço postal ou outras formas de envio, deverão possuir, se requeridos, comprovante de entrega e endereçamento à Pregoeira.
- 6.2 Declarado encerrado o credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos novos proponentes.
- 6.3 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

7 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

- 7.1 No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro receberá dos representantes credenciados, em envelopes distintos, devidamente fechados e rubricados nos fechos, as propostas de preços, a documentação exigida para habilitação das licitantes, e a declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (Anexo III), registrando em ata a presença dos participantes.
- 7.2 Poderá o licitante apresentar envelopes através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por representante não credenciado, ficando o licitante obrigado a apresentá-los até a hora e data estabelecida no preâmbulo, e na forma do item 6.1 deste edital.
- 7.3 A participação na forma do item 7.2 impede a apresentação de lances por parte do licitante.
- 7.4 Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando- se início ao recebimento dos envelopes.
- 7.5 Cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: "Proposta de Preço" e "Documentos para Habilitação".



Estado de Minas Gerais

7.6 - Os conjuntos de documentos relativos à proposta de preço e à habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, identificados com o nome da licitante, o número e objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos "Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação", na forma abaixo:

À PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRAS

PREGÃO PRESENCIAL N° 022/2022

ENVELOPE № 01 "PROPOSTA COMERCIAL"

RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO

À PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRAS

PREGÃO PRESENCIAL N° 022/2022

ENVELOPE Nº 02 "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"

RAZÃO SOCIAL, CNPJ E ENDEREÇO COMPLETO

- 7.7 Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor do Município, ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial.
- 7.8 Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo aqueles referentes à proposta de preço e à habilitação, além de seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

8 - PROPOSTA COMERCIAL

- 8.1 A proposta comercial (8.1.3.1) deverá ser apresentada juntamente com o modelo do Anexo II, contendo todas as informações ali previstas, em uma via, com timbre, identificação da empresa licitante, nº do CNPJ, endereço, número de telefone, e-mail e assinada pelo seu representante legal ou credenciado, devidamente identificado e qualificado. A contratação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, o qual não poderá ser superior ao valor estimado do processo.
- 8.1.1 Descrição do objeto licitado com todas as especificações de acordo com o Anexo I
- 8.1.2 Indicação do preço unitário e preço total.
- 8.1.3 A Proposta Comercial deverá referir-se à integralidade dos materiais/serviços.
- 8.1.3.1 A licitante deverá apresentar a proposta de preço (gerada no programa de digitação de proposta) em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas **em conjunto com o modelo Anexo II**, devidamente assinada e carimbada. O arquivo-proposta estará disponível, juntamente com o edital, no site oficial do município, no endereço https://www.teixeiras.mg.gov.br/index.php/licitacoes/editais-de-licitacao.
- 8.1.3.2 Para feitos de elaboração da proposta digital, a licitante deverá descarregar a ferramenta no seguinte endereço: http://proposta.siplanweb.com.br/proposta-2.01.1.exe.
- 8.1.3.3 A negligência do item 8.1.3.2, bem como divergência entre chaves de acesso, divergências entre a proposta eletrônica e a proposta física, caberá a desclassificação do licitante do certame



Estado de Minas Gerais

- 8.1.3.4 Proposta deverá conter MARCA, VALOR UNITÁRIO, VALOR TOTAL DO ITEM E VALOR TOTAL GERAL (SOMA DE TODOS OS VALORES), ou seja, a soma dos resultados da multiplicação das unidades pelos respectivos preços unitários, cotados em reais, com até 02 (duas) casas decimais, à vista, válidos para serem praticados desde a data de entrega dos envelopes, até o efetivo pagamento.
- 8.1.3.5 Proposta Comercial Digital, deverá ser entregue também em formato.db gravado em mídia digital Pen Drive
- 8.2 Todas as condições previstas no Termo de Referência, Anexo I, deverão ser observadas.
- 8.3 A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública do Pregão.
- 8.4 Toda a especificação do objeto licitado será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua proposta comercial.
- 8.5 Caso a proposta não esteja assinada e estando presente o representante legal ou procurador da licitante, será permitida a assinatura na mesma, validando-a.
- 8.6 Se necessário, o município poderá sanar problemas relativos ao sistema de importação das propostas, desde que não comprometa a lisura do certame, buscando dessa forma atingir os princípios norteados pela licitação pública.

9 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 9.1- O licitante que ofertar o Menor Preço por item deverá apresentar a documentação abaixo relacionada:
- 9.2 Habilitação Jurídica:
- 9.2.1 Para Empresa Individual: Registro Comercial; Certificado do MEI para Microempreendedor Individual
- 9.2.2 Para Sociedade Comercial (Sociedade empresária em geral): Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor e alterações subsequentes ou Contrato consolidado, devidamente registrados;
- 9.2.3 Para Sociedade Civil (Sociedade Simples): Inscrição do ato constitutivo e alterações subsequentes ou Contrato consolidado, devidamente registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 9.3 Regularidade Fiscal:
- 9.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido em até 90 dias da data de abertura da licitação.
- 9.3.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, que deverá ser comprovada através da apresentação de Certidão expedida pela Secretaria da Receita Federal / Certidão Negativa de Débito (CND) de contribuições previdenciárias, expedida pela Receita Federal do Brasil, observada a validade/aceitação das certidões expedidas pela Receita Federal em data anterior à vigência da Portaria Conjunta RFB/PGFN n° 1751, de 2 de outubro de 2014, bem como das certidões emitidas posteriormente, em conformidade com o referido normativo.
- 9.3.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através de Certidão Negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado em que estiver situada a sede do licitante.
- 9.3.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.



Estado de Minas Gerais

- 9.3.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- 9.4 Regularidade Trabalhista
- 9.4.1 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) Art. 03, da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- 9.4.2 Declarações assinada por representante legal do licitante de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito), e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme ANEXO IV deste Edital.
- 9.5 Habilitação econômico-financeira:
- 9.5.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida, no máximo, 90 (noventa) dias antes da data fixada para entrega das propostas ou Certidão Judicial Cível Negativa, expedida eletronicamente, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça na Comarca responsável do Domicílio da Licitante.
- 9.6 Qualificação Técnica:
- 9.6.1 Alvará de Funcionamento e localização da empresa licitante;
- 9.7 Os documentos exigidos neste instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível ou autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela internet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.
- 9.8 Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados à Pregoeira ou à Equipe de Apoio para autenticação durante a sessão do Pregão. (art. 32 Lei 8.666/93).
- 9.9 Os documentos mencionados neste Título não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.
- 9.10 Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor ou pelo edital, deverão ser datados dos últimos 90 (noventa) dias até a data de sua apresentação, exceto eventuais atestados de capacidade técnica, conforme o caso.
- 9.11 Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.
- 9.12 Os documentos relacionados no item 9.2, "HABILITAÇÃO JURÍDICA" não precisarão constar do envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

10 - PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

10.1 - No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados e recebimento da Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e dos envelopes de Proposta de Preços e Documentação de Habilitação.



Estado de Minas Gerais

- 10.2 Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes e recebimento da Declaração e das propostas, o(a) Pregoeiro(a) declarará encerrado o credenciamento e aberta a sessão do PREGÃO.
- 10.3 Encerrado o credenciamento e declarada aberta a sessão, não mais serão admitidos novos licitantes.
- 10.4 Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo. A análise das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
- a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) Que não atendam às exigências e requisitos estabelecidos neste edital ou imponham condições;
- c) Que apresentarem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes;
- d) Que apresentarem valores manifestamente excessivos ou manifestamente inexequíveis;
- e) Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não forem passíveis de saneamento na própria sessão.
- 10.5 Serão selecionadas, para a etapa de lances verbais, as propostas de Menor Preço por item.
- 10.5.1 As propostas serão ordenadas em ordem crescente e o(a) Pregoeiro(a) classificará, para a etapa de lances, o autor da proposta de "Menor Preço por item", e aqueles que tenham apresentado propostas em valores superiores em até 10% (dez por cento), deste valor para participarem de lances verbais.
- 10.6 Se não houver, no mínimo, 03 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o(a) Pregoeiro(a) classificará as melhores propostas, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.
- 10.7 Em seguida, será iniciada a etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada que representa o maior preço.
- 10.8 Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.
- 10.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo(a) pregoeiro(a), implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais posteriores, ficando mantido o último valor apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.
- 10.10 Não poderá haver desistência dos lances já ofertados.
- 10.11 Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de MENOR PREÇO POR ITEM e o valor estimado da contratação.
- 10.12 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes não mais realizarem lances verbais.
- 10.13 Havendo a participação de pequenas empresas, assim definidas de acordo com a Lei Complementar Federal 123/06, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.



Estado de Minas Gerais

- 10.13.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço proposto, conforme §2º do art. 44 da LC 123/06.
- 10.13.2 Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 10.13.2.1 A Microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;
- 10.13.2.2 Não ocorrendo contratação da pequena empresa, na forma do inciso anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do artigo 44 da Lei Complementar Federal nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 10.13.2.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do artigo 44 da Lei Complementar federal nº 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.13.2.4 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do artigo mencionado no item anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 10.13.3 O disposto no artigo 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 10.14 Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu valor seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- 10.15 Sendo aceitável a oferta de MENOR PREÇO POR ITEM, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para verificação do atendimento das condições habilitatórias, com base na documentação apresentada.
- 10.16 Na apreciação e no julgamento das propostas não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste instrumento, nem serão permitidas ofertas de vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes, obrigando-se, no entanto, a prestar toda e qualquer atividade oferecida em sua proposta.
- 10.17 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias e dos requisitos de habilitação, a licitante será habilitada e declarada a vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 10.18 Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes de MENOR PREÇO POR ITEM, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital.
- 10.19 O licitante que deixar de apresentar os documentos de habilitação exigidos na fase de habilitação, ou que o fizer em desacordo com as normas deste Edital, será considerado automaticamente inabilitado, não sendo concedido, sob qualquer pleito, prazo para a complementação desses documentos, salvo o disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006
- 10.20 Nas situações previstas nos incisos 10.9, 10.12 e 10.14 o(a) pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido Menor Preço por item.



Estado de Minas Gerais

- 10.21 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo(a) Pregoeiro(a), Equipe de Apoio e pelos licitantes.
- 10.22 Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o(a) Pregoeiro(a) devolverá, aos licitantes julgados desclassificados, os envelopes "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

10.23 - Será desclassificada a proposta que:

- 10.23.1 Não se refira à integralidade do objeto;
- 10.23.2 Apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no § 3º do art. 44 e inciso I e II do art. 48 da Lei Federal nº. 8.666/93;
- 10.23.3 Não atenda às exigências do instrumento convocatório ou aquelas estabelecidas em diligências.

11 - IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

- 11.1 Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer cidadão ou licitante, no prazo de 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, dirigidas à Pregoeira da Prefeitura Municipal, devendo ser encaminhadas ao Protocolo da Prefeitura Municipal.
- 11.1.1 Por escrito, mediante protocolo na sede da Prefeitura Municipal, endereço sito à Rua Antonio Moreira Barros, 101 Centro Teixeiras/MG;
- 11.1.2 Em arquivo eletrônico, o qual conste identificação com assinatura escrita ou eletrônica, do subscritor, através do e-mail licitacao@teixeiras.mg.gov.br, desde que o e-mail seja enviado dentro do horário de expediente, ou seja até as 16h do último dia de prazo, hipótese em que o licitante deverá obter a mensagem eletrônica de resposta da CPL/Pregoeira atestando o recebimento do arquivo pela Pregoeira/CPL (a documentação original deve ser apresentada em até 5 (cinco) dias após o envio do e- mail) sob pena de não conhecimento do recurso;
- 11.1.3 Em qualquer das hipóteses elencadas acima, o licitante será responsável pela qualidade e fidelidade do material transmitido ou enviado ou protocolado e, especialmente, por sua entrega/recebimento/recepção pela CPL/Pregoeira Municipal.
- 11.2 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 11.3 O licitante poderá apresentar as razões do recurso na sessão do Pregão, as quais serão reduzidas a termo no respectivo Contrato, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias contados da sessão, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 11.4 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.
- 11.4.1 A manifestação na sessão pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.



Estado de Minas Gerais

- 11.5 As razões e contrarrazões do recurso deverão ser encaminhadas por escrito, com identificação de seu subscritor, através de uma das seguintes formas:
- 11.5.1 Por escrito, mediante protocolo na sede da Prefeitura Municipal, endereço sito à Rua Antonio Moreira Barros, 101 Centro Teixeiras/MG;
- 11.5.2 Em arquivo eletrônico, o qual conste identificação com assinatura escrita ou eletrônica, do subscritor, através do e-mail licitação@teixeiras.mg.gov.br desde que o e-mail seja enviado dentro do horário de expediente, ou seja até as 16h do último dia de prazo hipótese em que o licitante deverá obter a mensagem eletrônica de resposta da CPL/Pregoeira atestando o recebimento do arquivo pela Pregoeira/CPL; (a documentação original deve ser apresentada em até 5 (cinco) dias após o envio do e-mail) sob pena de não conhecimento do recurso.
- 11.5.3 Em qualquer das hipóteses elencadas acima, o licitante será responsável pela qualidade e fidelidade do material transmitido ou enviado ou protocolado e, especialmente, por sua entrega/recebimento/recepção pela CPL/Pregoeira Municipal.
- 11.5.4 O Município não se responsabilizará por razões, contrarrazões e memoriais de recursos e impugnações endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos da sede da Prefeitura ou que não observem os itens 10.1 e/ou 10.5 e subitens, e que, por isso, não sejam apresentados na forma e prazo legais.
- 11.5.5 Não serão reconhecidas as impugnações e os recursos interpostos após o respectivo prazo legal, e/ou subscrito por representante que não comprove poder de representação legal.
- 11.5.6 Os recursos serão dirigidos à autoridade competente, por intermédio da Pregoeira que, reconsiderando ou não sua decisão, o fará subir devidamente informados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar de seu recebimento.
- 11.6 A falta de apresentação de razões, mencionadas no subitem 10.3, importará a decadência do direito de recurso, culminando com a adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora.
- 11.6.1 O acolhimento do recurso importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.6.2 Serão estritamente respeitados os ritos e os trâmites recursais estabelecidos na Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/1993 e legislação correlata em vigor.
- 11.6.3 A decisão proferida em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento a todos os licitantes por meio de publicação no site do município.
- 11.7 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.8 Os recursos e impugnações cabíveis deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:
- a) ser dirigido ao Prefeito Municipal, aos cuidados da Pregoeira, no prazo de 03 (três) dias, conforme estabelecido no item 10.3 deste Título;
- b) ser dirigido ao Prefeito Municipal, nos casos de anulação ou revogação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea "c", da Lei Federal nº. 8.666/93;
- c) ser apresentado em uma via original, datilografada ou emitida por computador, contendo razão social, CNPJ e endereço, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, devidamente comprovado.
- d) ser protocolizado no Protocolo da Prefeitura Municipal.



Estado de Minas Gerais

- 11.9 A decisão acerca de recurso interposto será comunicada a todos os licitantes por meio de publicação na Imprensa Oficial.
- 11.10 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos interpostos após o respectivo prazo legal, e/ou subscrito por representante que não comprove poder de representação legal.
- 11.11 A Prefeitura Municipal não se responsabilizará por memoriais de recursos e impugnações endereçados via serviço postal ou por outras formas, entregues em locais diversos da Prefeitura de Teixeiras, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

12 - ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

- 12.1 Inexistindo manifestação recursal a Pregoeira proclamará o licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.
- 12.2 Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- 12.3 A solicitação, autorização, acompanhamento, fiscalização, recebimento e conferência dos produtos objeto desta licitação serão realizados por servidor da Prefeitura Municipal.
- 12.4 O gestor do contrato ou servidor por ele designado será o responsável pelo recebimento e conferência do produto entregue.
- 12.5 Na ocorrência de descumprimento dos prazos previstos no Termo de Referência e no Contrato, a Prefeitura Municipal poderá aplicar as sanções ali previstas.
- 12.6 A Prefeitura Municipal não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizadas, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, neste Edital.

13 - DA CONTRATAÇÃO

- 13.1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura da ata de registro de preço, cuja respectiva minuta constitui anexo do presente Edital.
- 13.1.1 Se, por ocasião da formalização da ata de registro de preço, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 13.1.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 12.1.1 deste item XII, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 13.2 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a ata de registro de preço dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação pelo Setor de Licitação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas, em multa pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.



Estado de Minas Gerais

- 13.3 Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular, ou se recusar a assinar a ata de registro de preço, serão convocadas as demais licitantes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições de suas respectivas ofertas, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 13.4 A contratação será celebrada através da ata de registro de preços com vigência até 12 (doze) meses prorrogáveis por igual período, caso houver interesse de ambas as partes.
- 13.5 O prazo indicado no Item 12.4, poderá ser estendido com as condições estabelecidas no Artigo 57, da Lei Federal nº.8.666/93 e correspondente atualização através das Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98.
- 13.6 A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, obedecido o disposto no § 1° do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

14 - ACEITABILIDADE DO OBJETO

- 14.1 O município poderá realizar sempre que solicitado ou mesmo que em atendimento aos diversos setores administrativos, realizar pesquisas de mercado para averiguar se os valores Contratados condizem com a realidade do mercado.
- 14.2 A Prefeitura de Teixeiras pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Ordem de compra e da Nota de Empenho.
- 14.3 As despesas serão pagas pela tesouraria da Prefeitura Municipal de Teixeiras, ou em estabelecimento bancário, no prazo de 30(trinta) dias, contados a partir da entrega definitiva dos produtos e apresentação de hábil documento fiscal.
- 14.4 Em hipótese alguma haverá adiantamento de pagamentos.

15 - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 15.1 A Prefeitura do Município de Teixeiras exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:
- 15.1.1 "prática corrupta" significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;
- 15.1.2 "prática fraudulenta" significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um Contrato em detrimento do Contratante;
- 15.1.3 "prática conspiratória" significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos beneficios da competição livre e aberta;
- 15.1.4 "prática coercitiva" significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;
- 15.1.5 "prática obstrutiva" significa:



Estado de Minas Gerais

- 15.1.5.1 destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou
- 15.1.5.2 agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.
- 15.2 O Município rejeitará uma proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.
- 15.3 A ocorrência de qualquer das hipóteses anteriormente elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009 "Guia de Análise de Denúncias sobre possíveis infrações concorrenciais em licitações", será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

16 - DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E LC 147/2014.

- 16.1 A licitante comprovadamente enquadrada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) nos termos da Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações posteriores terá o tratamento diferenciado e favorecido, expressamente previsto neste edital.
- 16.2 Para exercício do direito ao tratamento diferenciado, a licitante enquadrada como ME ou EPP deverá observar o procedimento descrito no item 5.1 e subitens sob pena de preclusão.
- 16.3 A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte terá, nesta licitação, os seguintes tratamentos diferenciados e favorecidos:
- 16.3.1 Preferência de contratação por critério de desempate diferenciado, na forma do item 9.6.3 e subitens;
- 16.3.2 Prazo diferenciado para apresentação dos documentos de regularidade fiscal.
- 16.3.2.1 No prazo diferenciado para apresentação dos documentos de regularidade fiscal, a licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar esses documentos com algum tipo de restrição terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de declaração do vencedor deste processo, para apresentá-los novamente já sem qualquer restrição.
- 16.3.2.2 O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado por mais 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 43, §1° da LC123/06, com redação determinada pela LC147/2014.
- 16.3.2.3 Durante o decurso dos prazos referidos nos itens 16.3.2.1 e 16.3.2.2, a licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar os documentos de regularidade fiscal com algum tipo de restrição será considerada **HABILITADA** e permanecerá no processo, observando o disposto nos itens 16.3.2.4 e 16.3.2.5.
- 16.3.2.4 A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar no Envelope nº. 2 todos documentos de regularidade fiscal exigidos no edital, mesmo se houver algum tipo de restrição, sob pena de ser considerada **INABILITADA**.



Estado de Minas Gerais

- 16.3.2.5 Findo os prazos referidos nos itens 16.3.2.1 e 16.3.2.2, a licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte que não apresentar os documentos de regularidade fiscal exigidos neste edital já sem qualquer restrição será considerada **INABILITADA** e perderá o direito de contratar com o PREFEITURA DE TEIXEIRAS o objeto desta licitação.
- 16.3.2.6 Na ocorrência do disposto no item anterior, a PREFEITURA DE TEIXEIRAS poderá:
- 16.3.2.6.1 Convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação observando as exigências deste Edital;
- 16.3.2.6.2 Revogar o presente processo licitatório.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- I. A Empresa interessada deverá examinar cuidadosamente o presente Edital e seus anexos, bem como ter pleno conhecimento da legislação pertinente, pois alegações de desconhecimento das suas disposições não serão aceitas para justificar eventuais divergências ou erros existentes em seus documentos de habilitação ou na proposta.
- **II.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.
- III O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão e desde que não fique comprometido o interesse do órgão promotor do certame, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação, assim como a lisura do procedimento.
- IV. A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.
- V. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclusive o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal da prefeitura de Teixeiras, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- VI. A autoridade titular do órgão promotor do certame somente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado.
- VII. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- VIII. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro de Teixeiras / MG.
- **IX.** Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, será marcada nova data para a sessão do Pregão, com reabertura dos prazos previstos na legislação.
- **X.** A cópia do Edital e seus Anexos estarão à disposição dos interessados no endereço citado no preâmbulo deste instrumento e no site da prefeitura www.teixeiras.mg.gov.br.
- XI. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados neste mesmo endereço.



Estado de Minas Gerais

XII. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo (a) Pregoeiro (a) ou pela autoridade competente, desde que pertinentes com o objeto do pregão e observadas à legislação.

18 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

- 18.1 Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e o número de fornecedores a terem seus preços registrados, a Prefeitura Municipal convocará os proponentes classificados para, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, assinar a ARP Anexo VI, sob pena de decair do direito a ter seu preço registrado, na forma do art. 81 da Lei 8.666/93.
- 18.1.1 O prazo fixado no item anterior poderá ser prorrogado, desde que a solicitação seja apresentada durante o transcurso do interstício inicial, caso ocorra motivo justo e aceito pelo setor de Licitações.
- 18.2 Se os licitantes adjudicatários, convocados dentro do prazo de validade de suas propostas, deixarem de assinar a ARP, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pelo setor de licitações, o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes e a habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao Edital, podendo ainda, negociar o preço.
- 18.3 A ARP terá validade de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.
- 18.4 A ARP não obriga a Prefeitura Municipal a celebrar o contrato ou emitir a nota de empenho, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.
- 18.5 O setor de licitações avaliará o mercado constantemente, promovendo, se necessário, negociações ao ajustamento do preço.
- 18.6 Se o preço inicialmente registrado se tornar superior ao praticado no mercado, o setor negociará com o fornecedor sua redução, caso contrário o signatário da Ata poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro do seu preço, devendo anexar ao requerimento documentação comprobatória.
- 18.7 O fornecedor poderá requerer à Prefeitura Municipal, por escrito, o cancelamento do registro, se o preço de mercado se tornar superior ao registrado ou por outro motivo superveniente, devendo apresentar documentação comprobatória do fato alegado, ressalvada a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93.
- 18.7.1 Nessa hipótese, ocorrendo o cancelamento, o fornecedor ficará exonerado da aplicação de penalidade.
- 18.8 Cancelados os registros, a Prefeitura Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.
- 18.8.1 Não havendo êxito nas negociações, e não existindo mais preços registrados, a Prefeitura Municipal procederá à revogação da ARP, relativamente ao certame.
- 18.9 A Prefeitura Municipal realizará o controle dos bens entregues, qualitativa e quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a contratação.

19 - SANÇÕES



Estado de Minas Gerais

- 19.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que::
- 19.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 19.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 19.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 19.1.6. Não mantiver a proposta.
- 19.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 19.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 19.2.2. Multa moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- 19.2.3. Multa compensatória de 5 % (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 19.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 19.1.7. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos;
- 19.2.5. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 19.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 19.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:.
- 19.3.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 19.3.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.3.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 19.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



Estado de Minas Gerais

20 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1 A Prefeitura Municipal de Teixeiras poderá, por despacho fundamentado da Pregoeira e até a entrega da Nota de Empenho, excluir qualquer licitante, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, sem que a este assista o direito de reclamar indenização ou ressarcimento, se chegar ao seu conhecimento, em qualquer fase do processo licitatório, fato ou circunstância que desabone a idoneidade da licitante.
- 20.2 A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade de oficio ou por provocação de terceiros mediantes parecer escrito da Pregoeira, devidamente fundamentado.
- 20.2.1 A nulidade do processo licitatório induz à do Contrato/ARP, sem prejuízo ao disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 20.3 As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento da abertura do envelope correspondente, por escrito, quando serão registradas em ata, sendo vedada, a qualquer licitante, observações ou reclamações impertinentes ao certame.
- 20.4 A apresentação da proposta implica, por parte da licitante, observação dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 20.5 Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Prefeitura Municipal de Teixeiras comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- 20.6 É facultada à Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.
- 20.7 As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Teixeiras-MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 20.8 Qualquer pedido de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital deverá ser encaminhado por escrito à Pregoeira, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Teixeiras.
- 20.9 A homologação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.10 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura ata.
- 20.11 Os casos omissos serão dirimidos pela Pregoeira, com observância da legislação regedora, em especial a Lei 8.666/1993 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e Lei Complementar 123/2006.
- 20.12 Durante a vigência do Contrato/ARP, os preços serão fixos e irreajustáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado.
- 20.13 Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n. º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.



Estado de Minas Gerais

- 20.14 Para o reajustamento será necessário a apresentação dos seguintes comprovantes:
- a) Notas Fiscais de compras por parte do Contratado referente ao seu distribuidor, tanto da Nota Fiscal da época do início do Contrato/ARP, decorrente desta licitação, como da Nota Fiscal por ocasião do suposto aumento;
- b) Revista, jornal e/ou periódico, demonstrando o aumento do preço de um determinado item dentro do mercado;
- c) Planilha de custos compreendendo o custo do produto e demais componentes (impostos, transporte, funcionários, etc.).
- 20.15 Sem a apresentação destes documentos não há como justificar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato/ARP quanto ao item licitado.

21 - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1 Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:
- 21.1.1 Anexo I Termo de Referência.
- 21.1.2 Anexo II Modelo Planilha/Proposta Comercial;
- 21.1.3 Anexo II-A Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta
- 21.1.4 Anexo III Modelo de Carta de Credenciamento e Declaração de Atendimento às Condições de Habilitação;
- **21.1.5 Anexo IV** Modelo de declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil.
- 21.1.6 Anexo V Modelo de Declaração de Atendimento ao Instrumento Convocatório
- 21.1.7 Anexo VI Modelo da ARP (Ata de Registro de Preços)
- 21.2 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.
- 21.3 A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.
- 21.4 Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificados e envelopes de Documentação de Habilitação de licitantes cujas propostas tenham sido desclassificadas.
- 21.5 Na análise da documentação e no julgamento das propostas comerciais, a Pregoeira poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.
- 21.6 Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado e válido.



Estado de Minas Gerais

- 21.7 Caso seja necessário, a Pregoeira poderá suspender a sessão do Pregão, designando nova data para sua continuidade, ficando intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.
- 21.8 A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras durante o certame e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3° do art. 43 da Lei Federal nº. 8.666/93.
- 21.8.1 Documentos solicitados em diligências deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pela Pregoeira ou Equipe de Apoio;
- 21.8.2 O não cumprimento de diligências poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.
- 21.9 A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 21.9.1 A Prefeitura Municipal poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
- 21.10 Para atender a seus interesses, a Prefeitura Municipal reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal no. 8.666/93.
- 21.11 A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Prefeitura Municipal revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado.
- 21.12 Os casos omissos serão submetidos a parecer da Procuradoria Jurídica do Município de Teixeiras-MG.
- 21.13 Fica eleito o foro da Comarca de Teixeiras, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Teixeiras, 22 de julho de 2022.

NIVALDO RITA PREFEITO MUNICIPAL



Estado de Minas Gerais

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO 062/2022 - PREGÃO 021/2022 - RP 025/2022

1. DO OBJETO:

1.1 Constitui o objeto deste certame REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, MATERIAL ELÉTRICO, FERRAMENTAS E CORRELATOS, para atender a secretaria de Obras, Infraestrutura e Meio Ambiente do Município, de acordo com os quantitativos e descrição a seguir:

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VAL. UNI.	VALOR TOTAL
001	9205	ABRAÇADEIRA INSULOK 2,5 X 100MM T-18R BRANCA - PACOTE COM 100 UNIDADES	UN	100	22.3000	2.230,00
002	9204	ABRAÇADEIRA, MATERIAL AÇO CARBONO ZINCADO, TIPO ROSCA SEM FIM, APLICAÇÃO FIXAÇÃO MANGUEIRA, DIÂMETRO AMARRAÇÃO 2 1/4' A 3 POL	UN	50	3.4600	173,00
003	9160	ARAME FARPADO - MATERIAL AÇO DIÂMETRO 2,20 MM CARGA RUPTURA 350 KGF TORÇÃO CONTÍNUA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FARPAS ENTRELAÇADAS/ESPAÇAMENTO UNIFORME/PONTA IDE - ROLO C/ 500 MTS.	RL	50	681.5000	34.075,00
004	6003	ARAME GALVANIZADO - MATERIAL METAL, TIPO Nº 14, DIÂMETRO FIO 2,10 MM – ROLO C/ 1 KG.	ROLO	100	35.0000	3.500,00
005	6004	ARAME RECOZIDO BWG 18 (1,25MM)	KG	300	32.0000	9.600,00
006	6005	ARCO DE SERRA - EM AÇO TUBULAR OU CHATO, PARA LAMINAS DE 8" A 12", CROMADO, CABO DE POLIESTIRENO, ABERTO, CHATO E REGULÁVEL	UN	20	63.6267	1.272,53



007	7736	ARGAMASSA AC III - SACO DE 20KG CIMENTCOLA PARA CERÂMICA PISO SOBRE PISO.	UN	150	73.8933	11.084,00
008	7735	ARGAMASSA AC II - SACO DE 20KG CIMENTCOLA PARA CERÂMICA EXTERNA, PISOS E PAREDES.	UN	200	36.9000	7.380,00
009	7734	ARGAMASSA AC I - SACO DE 20 KG CIMENTCOLA PARA CERÂMICA INTERNA, PISOS E PAREDES.	UN	150	25.5000	3.825,00
010	9483	BANDEJA PARA PINTURA. PLÁSTICO. DIMENSÕES: 290 X 390 MM.	UN	20	15.0000	300,00
011	7737	BLOCO CERÂMICO 11,5 X 19 X 29 CM, AVERMELHADO	UN	10.000	2.8267	28.267,00
012	7738	BLOCO CERÂMICO 9 X 19 X 24 CM, AVERMELHADO.	UN	10.000	1.6500	16.500,00
013	9484	BLOCO DE CONCRETO VEDAÇÃO VAZADO 14 X 19 X 39CM.	UN	10.000	3.7000	37.000,00
014	9485	BLOCO DE CONCRETO VEDAÇÃO VAZADO 9 X 19 X 39CM.	UN	10.000	3.3000	33.000,00
015	9162	CABEÇOTE DE ALUMÍNIO 1¼"	UN	30	27.1350	814,05
016	8452	CABO DE ALUMINIO DUPLEX 10MM	metro	100	6.8100	681,00
017	8453	CABO DE ALUMINIO DUPLEX 16MM	metro	100	10.1933	1.019,33
018	8455	CABO DE ALUMINIO QUADRIPLEX 35MM	metro	100	32.8333	3.283,33
019	8457	CABO DE ALUMINIO QUADRIPLEX 70MM	metro	100	69.7767	6.977,67
020	8456	CABO DE ALUMINIO TRIPLEX 10MM	metro	100	8.0233	802,33

Rua Antônio Moreira Barros, 101 - Centro - Teixeiras/MG - www.teixeiras.mg.gov.br - Pág. 24 de 57



				1		
021	8458	CABO DE ALUMINIO TRIPLEX 16MM	metro	100	11.8333	1.183,33
022	9163	CABO DE ALUMÍNIO TRIPLEX 35MM	metro	100	24.6167	2.461,67
023	7740	CABO FLEXÍVEL 10MM	metro	500	14.6500	7.325,00
024	7739	CABO FLEXIVEL 1,5MM	metro	300	2.7167	815,01
025	7741	CABO FLEXÍVEL 16MM	metro	200	26.6433	5.328,66
026	9164	CABO FLEXIVEL 2,5MM	metro	1.000	4.3000	4.300,00
027	7742	CABO FLEXÍVEL 35MM	metro	100	57.8233	5.782,33
028	7743	CABO FLEXÍVEL 50MM	metro	100	71.3167	7.131,67
029	9488	CAIBRO DE ANGELIM AMARGOSO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 7 X 4CM.	Metro linear	500	36.0000	18.000,00
030	9487	CAIBRO DE MADEIRA EUCALIPTO APARELHADO, NATURAL DE 4 X 7CM COM 3M DE COMPRIMENTO.	UN	200	27.0000	5.400,00
031	9489	CAIBRO DE MADEIRA EUCALIPTO APARELHADO, NATURAL DE 5 X 10CM COM 3M DE COMPRIMENTO.	UN	200	16.0000	3.200,00
032	9165	CAIXA CEMIG CM1 – 30 CM X 25 CM X 15,5 CM - MONOFÁSICA	UN	50	101.6000	5.080,00
033	9166	CAIXA CEMIG CM2 – 46 CM X 35 CM X 20 CM - POLIFÁSICA	UN	50	264.0000	13.200,00
034	7750	CAIXA D'ÁGUA 1000 LITROS - EM POLIETILENO OU FIBRA COM TAMPA.	UN	50	741.1333	37.056,67
035	7752	CAIXA D'ÁGUA 500 LITROS - EM POLIETILENO OU FIBRA COM TAMPA.	UN	30	293.0000	8.790,00
036	7753	CAIXA DE DESCARGA CONTROLADA 6,8 A 9 LITROS, SEM ENGATE. BRANCA.	UN	30	75.0000	2.250,00
				•	-	

Rua Antônio Moreira Barros, 101 – Centro – Teixeiras/MG – www.teixeiras.mg.gov.br – Pág. 25 de 57



037	6050	CAL PARA MASSA (SACO 20KG)	UN	1.500	19.0000	28.500,00
038	6051	CAL PARA PINTURA 8 KG	UN	200	14.4000	2.880,00
039	6053	CAPA DE CHUVA - EM TECIDO SINTÉTICO PLASTIFICADO COM PVC E FORRO DE POLIÉSTER, CAPUZ CONJUGADO, COM MANGAS LONGAS, FECHAMENTO FRONTAL ATRAVÉS DE BOTÕES DE PRESSÃO. TAMANHOS: P, M, G	UN	300	51.5500	15.465,00
040	6054	CARRINHO DE MÃO COM BRAÇO METÁLICO, CAÇAMBA METÁLICA FUNDA DE 0,6MM (CHAPA 24) ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ. DIM.: 1488MM X 590 X 620MM, CAPACIDADE CAÇAMBA DE 90 L.	UN	30	570.9733	17.129,20
041	9168	CAVADEIRA ARTICULADA COM CABO DE MADEIRA DE 1,80M.	UN	20	181.6000	3.632,00
042	9169	CAVADEIRA RETA 9" COM CABO METÁLICO DE 1,20M E SOCADOR	UN	20	150.5167	3.010,33
043	6056	CHUVEIRO LOREN Ducha 6800W 220V	UN	50	74.5000	3.725,00
044	6057	CHUVEIRO MAXI DUCHA 3t 220v 5500w	UN	50	78.5833	3.929,17
045	6058	CIMENTO CP2	UN	5.000	47.5000	237.500,00
046	6059	COLHER DE PEDREIRO - TIPO: TRIANGULAR; MATERIA-PRIMA: ACO CARBONO; MEDIDAS: 9 POLEGADAS; CABO: MADEIRA COM BATENTE METALICO	UN	20	35.0000	700,00
047	9492	CONE EM PVC 75CM. COR: LARANJA. CARACITERÍSTICAS ADICIONAIS: 3 FAIXAS REFLETIVAS DE 8CM, PRATA. MÍNIMA1500 LUX/M2	UN	100	89.9900	8.999,00



048	8462	DISCO P/ CORTE DE FERRO DE 4"	UN	100	9.1000	910,00
049	6066	DISJUNTOR 1x20A	UN	50	17.5000	875,00
050	6067	DISJUNTOR 2x20A	UN	50	39.0000	1.950,00
051	6068	DISJUNTOR 2x40A	UN	50	83.0000	4.150,00
052	6069	DISJUNTOR 3x100A TQD GE	UN	50	402.5000	20.125,00
053	6070	DISJUNTOR 3x20A	UN	50	115.1250	5.756,25
054	6071	DISJUNTOR 3x40A	UN	50	131.3750	6.568,75
055	6072	DISJUNTOR 3x50A	UN	50	133.2500	6.662,50
056	9170	DUTO CORRUGADO INTERNA E EXTERNAMENTE, DE PERFL ANELAR DN50MM C/ GUIA DIVERSOS – ROLO C/ 50 MTS.	ROLO	20	223.1667	4.463,33
057	9172	ELETRODUTO RIGIDO PVC 1¼" C/ ROSCA DE 3 MTS	UND	100	53.7850	5.378,50
058	9171	ELETRODUTO RIGIDO PVC 2" C/ ROSCA DE 3 MTS	UND	100	52.2500	5.225,00
059	9173	ENXADA LARGA EM AÇO CARBONO 2.1/2" COM CABO 1,50 MTS	UND	50	77.1500	3.857,50
060	9174	ENXADÃO LARGO DE 3 LIBRAS AÇO CARBONO C/ CABO DE 1,50 MTS.	UND	30	69.3500	2.080,50
061	9175	ESCADA DE ALUMÍNIO - 7 DEGRAUS ESTRUTURA E DEGRAUS EM ALUMÍNIO; PEÇAS PLÁSTICAS EM POLIPROPILENO; ESCADA LEVE E DOBRÁVEL; PÉS E DEGRAUS ANTIDERRAPANTES; TRAVAMENTO AUTOMÁTICO NA PLATAFORMA SUPERIOR EM ALUMÍNIO; SUPORTA ATÉ 100 KG.	UN	10	303.0000	3.030,00
062	9502	ESCORA DE MADEIRA	UN	500	33.9933	16.996,65

Rua Antônio Moreira Barros, 101 – Centro – Teixeiras/MG – www.teixeiras.mg.gov.br – Pág. 27 de 57



		EUCALIPTO NATURAL, DE 6 A 8CM COM 3M DE COMPRIMENTO.				
063	9504	ESPÁTULA PARA PINTURA , AÇO APROX. 100 MM, 4" CABO DE MADEIRA.	UN	20	12.0000	240,00
064	9505	ESQUADRO PARA PEDREIRO, LÂMINA AÇO INOX, GRAVAÇÃO EM BAIXO RELEVO, CABO DE ALUMÍNIO 12", 300 MM.	UN	10	42.0000	420,00
065	10600	EXTENSÃO ELÉTRICA 10M - MÍNIMO DE 3 TOMADAS FÊMEAS 2P+T, 10A PADRÃO NOVO BRASILEIRO 127V/220 VOLTS	UN	15	82.5000	1.237,50
066	10601	EXTENSÃO ELÉTRICA 5M - MÍNIMO DE 3 TOMADAS FÊMEAS 2P+T, 10A PADRÃO NOVO BRASILEIRO 127V/220 VOLTS	UN	15	57.0000	855,00
067	9176	FACÃO PARA MATO EM AÇO CARBONO 16" C/ CABO DE MADEIRA	UN	20	42.5000	850,00
068	9177	FITA ALTA FUSÃO ISOLANTE 19MM X 10MTS	UN	50	35.1833	1.759,17
069	6083	FITA ISOLANTE 19 MM X 20 M. COMUM	UN	30	9.1000	273,00
070	6084	FOICE BICUDA EM AÇO CARBONO, C/ CABO DE MADEIRA DE 1,20 M.	UN	30	50.5000	1.515,00
071	9178	GRAMPO POLIDO PARA CERCA DE ARAME FARPADO 19/11 (PCT. DE 1 KG.)	UN	100	24.5000	2.450,00
072	9179	INTERRUPTOR DIFERENCIAL 4X63A 30MA	UN	50	61.0000	3.050,00
073	9513	LÂMINA DE SERRA MANUAL, 300MM (12 POL.), 18 DENTES.	UN	200	17.0500	3.410,00
074	8467	LAMPADA DE LED BASE E27 BIVOLT - POTÊNCIA 12W	UND	500	16.0000	8.000,00



075	9180	LAMPADA DE LED BASE E27 BIVOLT - POTÊNCIA 15W	UN	300	19.9500	5.985,00
076	8469	LAMPADA DE LED BASE E27 BIVOLT - POTÊNCIA 20W	UN	200	44.3333	8.866,66
077	8501	LAMPADA DE LED BASE E27 BIVOLT - POTENCIA 50W	UN	150	68.0000	10.200,00
078	8478	LAMPADA DE VAPOR DE SÓDIO BIVOLT - POTÊNCIA 250W	UN	100	182.1250	18.212,50
079	9515	LIXA PARA MASSA, GRÃO 220 , FOLHA DE 225X 275MM.	UN	200	2.8600	572,00
080	9516	LIXA PARA PAREDE, GRÃO 100 , FOLHA DE 225X 275MM.	UN	200	1.6500	330,00
081	9517	LIXA PARA PAREDE, GRÃO 80 , FOLHA DE 225X 275MM.	UN	200	2.1000	420,00
082	9183	LONA PLÁSTICA 100 MICRAS PRETA 6M DE LARG.	Metros linear	1.000	10.2500	10.250,00
083	9518	LUVA DE SEGURANÇA ANTICORTE. COMPOSIÇÃO: FIOS DE ELASTANO E FIBRA DE VIDRO COM POLIETILENO HPPE. ACABAMENTO: BORRACHA NITRÍLICA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE NA FACE PALMAR E PONTAS DOS DEDOS. TAMANHO A DEFINIR. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA). Modelo de referência: SUPER SAFETY CA 32039.	UN	500	40.0000	20.000,00
084	9521	MACHADO LENHADOR EM AÇO FORJADO TEMPERADO 3,5KG, COM CABO DE 90 CM EM MADEIRA	UN	10	131.5000	1.315,00
085	9522	MADEIRITE 10MM . DIMENSÕES APROXIMADAS: 2,20 X 1,10M.	UN	200	97.5000	19.500,00
086	9523	MADEIRITE 12MM . DIMENSÕES APROXIMADAS: 2,20 X 1,10M.	UN	150	127.5000	19.125,00

Rua Antônio Moreira Barros, 101 - Centro - Teixeiras/MG - www.teixeiras.mg.gov.br - Pág. 29 de 57



087	9524	MADEIRITE 6MM . DIMENSÕES APROXIMADAS: 2,20 X 1,10M.	UN	200	77.6733	15.534,66
088	9526	MARRETA DE 2 KG COM CABO DE MADEIRA.	UN	20	88.3400	1.766,80
089	8481	MARRETA DE 5 KG COM CABO DE MADEIRA OU AÇO.	UN	20	239.0000	4.780,00
090	9184	MARTELO DE UNHA 23 MM C/ CABO DE MADEIRA	UN	25	41.9000	1.047,50
091	9185	MÁSCARA RESPIRATÓRIA DESCARTÁVEL PFF-2 COM VÁLVULA	UN	1.000	8.8333	8.833,30
092	9186	MASSA CORRIDA (LATA 18 LITROS) – RENDIMENTO: ATÉ 75 M²	UN	100	111.0000	11.100,00
093	9187	MOURÃO DE 8CM X 2,20 DE ALTURA	UN	200	20.5000	4.100,00
094	9535	MOURÃO DE MADEIRA EUCALIPTO TRATADO DE 10 A 12CM, COM 3M DE COMPRIMENTO.	UN	200	33.8333	6.766,66
095	9536	MOURÃO DE MADEIRA EUCALIPTO TRATADO DE 10 A 12CM, COM 4M DE COMPRIMENTO.	UN	200	43.8333	8.766,66
096	9537	MOURÃO DE MADEIRA EUCALIPTO TRATADO DE 12 A 15CM , COM 3M DE COMPRIMENTO.	UN	200	46.0000	9.200,00
097	9538	MOURÃO DE MADEIRA EUCALIPTO TRATADO DE 12 A 15CM , COM 4M DE COMPRIMENTO.	UN	200	56.0000	11.200,00
098	9189	PÁ DE BICO EM AÇO CARBONO Nº 04	UN	30	58.0000	1.740,00
099	8482	PADRÃO PRÉ FABRICADO 4MTS - 1 CX. 220V - MODELO CEMIG - BIFÁSICO 63A	UN	25	2500.0000	62.500,00

Rua Antônio Moreira Barros, 101 - Centro - Teixeiras/MG - www.teixeiras.mg.gov.br - Pág. 30 de 57



		(MONTADO)				
100	8483	PADRÃO PRÉ FABRICADO 4MTS - 2 CX. 127V - MODELO CEMIG - MONOFASICO 40A (MONTADO)	UN	25	1790.0000	44.750,00
101	8484	PADRÃO PRÉ FABRICADO 7MTS - 1 CX. 127V - MODELO CEMIG - MONOFASICO 40A (MONTADO)	UN	25	1780.0000	44.500,00
102	8485	PADRÃO PRÉ FABRICADO 7MTS - 1 CX. 220V - MODELO CEMIG - BIFÁSICO 63A (MONTADO)	UN	25	3440.0000	86.000,00
103	8486	PADRÃO PRÉ FABRICADO 7MTS - 1 CX. 220V - MODELO CEMIG - TRIFASICO 63A (MONTADO)	UN	25	4530.0000	113.250,00
104	8488	PADRÃO PRÉ FABRICADO 7MTS - 2 CX. 127V - MODELO CEMIG - MONOFASICO 40A (MONTADO)	UN	25	2910.0000	72.750,00
105	9191	PÉ DE CABRA EM AÇO FORJADO 24 POL. X 19MM.	UN	10	77.0000	770,00
106	6121	PICARETA CHIBANCA COM CABO DE 90 CM DIM: (COMP. X LARG. X ALT.): 905 X 378 X 98 MM	UN	20	129.0000	2.580,00
107	6122	PICARETA TIPO ALVIÃO COM CABO DE MADEIRA DE 90 CM	UN	20	140.0000	2.800,00
108	6123	PIGMENTO DE TINTA XADREZ (50 ml)	UN	250	6.0000	1.500,00
109	6124	PINCEIS PARA PINTURA 2,5 POLEGADAS	UN	50	11.0000	550,00
110	6125	PINCEIS PARA PINTURA 3 POLEGADAS	UN	50	12.2000	610,00
111	8502	PISO EXTRA 57 X 57 cm - CLASSE A	M^2	1.000	49.9500	49.950,00



112	7761	PORTA LAMINADA DE ALUMÍNIO 80MM X 210MM.	UN	30	929.5000	27.885,00
113	7762	PORTA LÂMPADA E27 BIVOLT, PLAFONIER PLÁSTICO BRANCO.	UN	100	13.0733	1.307,33
114	8490	PORTA PRANCHETA DE ANGELIM 0,60 X 2,10 MTS.	UN	30	227.0000	6.810,00
115	8491	PORTA PRANCHETA DE ANGELIM 0,70 X 2,10 MTS.	UN	30	249.0000	7.470,00
116	8492	PORTA PRANCHETA DE ANGELIM 0,80 X 2,10 MTS.	UN	30	249.0000	7.470,00
117	6135	POSTE GALVANIZADO PA1 76mm, 4,5m	UN	25	1206.2500	30.156,25
118	6136	POSTE GALVANIZADO PA3 102mm, 4,5m	UN	25	1716.1400	42.903,50
119	6137	POSTE GALVANIZADO PA5 102mm, 7m	UN	25	2924.5000	73.112,50
120	6139	POSTE GALVANIZADO PA6 127mm, 7m	UN	25	4388.0000	109.700,00
121	9541	PREGO 15 X 15 COM CABEÇA. 1.1/4 POL X 13, AÇO GALVANIZADO, PACOTE COM 1 KG. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO COM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE FABRICAÇÃO.	UN	100	34.5000	3.450,00
122	9542	PREGO 17 X 21 COM CABEÇA. PACOTE COM 1KG. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO COM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE FABRICAÇÃO.	UN	500	33.7267	16.863,35
123	9543	PREGO 18 X 24 COM CABEÇA, AÇO GALVANIZADO, PACOTE COM 1 KG. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO COM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE FABRICAÇÃO.	UN	500	31.5000	15.750,00

Rua Antônio Moreira Barros, 101 - Centro - Teixeiras/MG - www.teixeiras.mg.gov.br - Pág. 32 de 57



124	9544	PREGO 18 X 30 COM CABEÇA DUPLA. PACOTE COM 1KG. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO COM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE FABRICAÇÃO.	UN	250	35.0000	8.750,00
125	9545	PREGO 18 X 30 COM CABEÇA. PACOTE COM 1KG. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO COM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE FABRICAÇÃO.	UN	100	33.2500	3.325,00
126	9546	PREGO 19 X 36 COM CABEÇA. PACOTE COM 1 KG. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO COM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE FABRICAÇÃO.	UN	50	34.6333	1.731,67
127	9547	PREGO 22 X 42 COM CABEÇA. PACOTE COM 1 KG. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO COM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE FABRICAÇÃO.	UN	50	35.5000	1.775,00
128	9548	PREGO GALVANIZADO 18 X 36 PARA TELHA FIBROCIMENTO COM ROSCA E COM ARRUELAS. PACOTE COM 500G. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO COM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE FABRICAÇÃO.	UN	100	35.5000	3.550,00
129	8493	PROJETOR DE LED IP 66 OU 67 - BIVOLT - POTÊNCIA 100W	UN	100	254.7400	25.474,00
130	8494	PROJETOR DE LED IP 66 OU 67 - BIVOLT - POTÊNCIA 150W	UN	100	361.5000	36.150,00
131	8495	PROJETOR DE LED IP 66 OU 67 - BIVOLT - POTÊNCIA 200W	UN	100	413.4850	41.348,50
132	8496	PROJETOR DE LED IP 66 OU 67 - BIVOLT - POTÊNCIA 50W	UN	100	150.7500	15.075,00
133	6141	PROTETOR DSP BIVOLT 45KA	UN	25	139.9850	3.499,63
134	9553	PULVERIZADOR COSTAL 20L -	UN	10	375.0000	3.750,00

Rua Antônio Moreira Barros, 101 - Centro - Teixeiras/MG - www.teixeiras.mg.gov.br - Pág. 33 de 57



		PULVERIZADOR COSTAL 20L. TANQUE EM POLIETILENO; RESERVATÓRIO DE 20 LITROS; CINTO REGULÁVEL; ALAVANCA DE BOMBEAMENTO LATERAL EM AÇO, COM MANOPLAS ANATÔMICAS; BOMBA TIPO PISTÃO, FABRICADO EM LATÃO; MANGUEIRA COM REGISTRO; MANUAL DE INSTRUÇÕES. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.				
135	6142	QUADRO EC/B. T+G. 16Dis.Din	UN	30	244.5000	7.335,00
136	6143	QUADRO EC/B. T+G. 28Dis.Din	UN	30	533.6250	16.008,75
137	7763	REJUNTE FLEXÍVEL BRANCO (PACOTE 1 KG)	UN	500	9.3500	4.675,00
138	9555	ROLO PARA PINTURA, 230MM DE LARGURA, LÃ NATURAL, FIXADO A SUPORTE DE METAL COM CABO PLÁSTICO.	UN	100	48.4833	4.848,33
139	9556	ROLO PARA PINTURA, 90MM DE LARGURA, ESPUMA DE POLIÉSTER, FIXADO A SUPORTE DE METAL COM CABO PLÁSTICO.	UN	100	13.2267	1.322,67
140	7757	SERROTE PROFISSIONAL, 20" LÂMINA EM AÇO ALTO CARBONO TEMPERADO E LIXADO, CABO DE MADEIRA ERGONÔMICO E ENVERNIZADO. DENTES TRAVADOS, 7 DENTES POR POLEGADA. PROTEÇÃO PLÁSTICA PARA OS DENTE. TAMANHO 20".	UN	10	70.0000	700,00
141	9559	TÁBUA DE PINUS 15CM X 3M. (L X C).	UN	500	23.5000	11.750,00
142	9560	TÁBUA DE PINUS 20CM X 3M. (L X C).	UN	500	30.5000	15.250,00
143	9561	TÁBUA DE PINUS 25CM X 3M. (L	UN	500	46.8167	23.408,35

Rua Antônio Moreira Barros, 101 - Centro - Teixeiras/MG - www.teixeiras.mg.gov.br - Pág. 34 de 57



		V C)				
		X C).				
144	9562	TÁBUA DE PINUS 30CM X 3M. (L X C).	UN	500	58.1667	29.083,35
145	9564	TALHADEIRA 10 POLEGADAS EM AÇO. 18MM DE DIÂMETRO, CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO TEMPERADO. ACABAMENTO FOSFATIZADO.	UN	20	48.7500	975,00
146	6159	TELHA COLONIAL AMERICANA	UN	1.500	4.3000	6.450,00
147	6160	TELHA DE AMIANTO 2,44 x 0,50	UN	1.000	39.5000	39.500,00
148	7767	TELHA DE AMIANTO 2,44 X 1,10	UN	1.000	94.3267	94.326,70
149	6166	THINER LATA DE 1 LITRO	UN	200	29.8000	5.960,00
150	9192	TINTA ACRÍLICA 18 LTS. DE ALTO DESEMPENHO E ALTA DURABILIDADE. PROTEÇÃO PARA AMBIENTES EXTERNOS, MAIS RESISTÊNCIA, MAIS COBERTURA E AÇÃO ANTI ALGAS.	UN	100	476.8267	47.682,67
151	9193	TINTA ACRÍLICA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA 18 LTS. TINTA A BASE RESINA ACRÍLICA COM DILUIÇÃO EM SOLVENTE E EXCELENTE RESISTÊNCIA À ABRASÃO E ÀS INTEMPÉRIES CLIMÁTICAS. ATENDE ÀS NORMAS DNIT 3,16, ABNT NBR 11862	UN	150	862.0833	129.312,50
152	9194	TINTA ESMALTE ACETINADO - LINHA PREMIUM BALDE DE 3,6 LITROS	UN	100	179.0000	17.900,00
153	9195	TINTA LATEX 18 LITROS INTERNA ANTI MOFO – LINHA PREMIUM	UN	200	413.0000	82.600,00
154	9196	TINTA PINTA PISO 18 LTS. ALTA DURABILIDADE. ALTA RESISTÊNCIA A ABRASÃO E ATRITO – LINHA PREMIUM	UN	100	345.5000	34.550,00

Rua Antônio Moreira Barros, 101 – Centro – Teixeiras/MG – www.teixeiras.mg.gov.br – Pág. 35 de 57



155	10599	VASO SANITÁRIO LOUÇA BRANCA COM CAIXA ACOPLADA - COM TAMPA E ACESSÓRIOS (BUCHA DE FIXAÇÃO, ESPUDE, TUBO DE LIGAÇÃO CROMADO C=30CM E ASSENTO ALMOFADADO, ETC) MATERIAL DE 1ª LINHA.	UN	100	812.2233	81.222,33
156	7772	VASO SANITÁRIO LOUÇA BRANCA COMUM - COM TAMPA E ACESSÓRIOS (BUCHA DE FIXAÇÃO, ESPUDE, TUBO DE LIGAÇÃO CROMADO C=30CM E ASSENTO ALMOFADADO, ETC) MATERIAL DE 1ª LINHA.	UN	100	305.0000	30.500,00
157	6010	VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO 10 MM - MATERIAL FERRO, TIPO CA-50, COMPRIMENTO 12 M	UN	2.000	119.2500	238.500,00
158	8497	VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO 12MM - MATERIAL FERRO, TIPO CA-50, COMPRIMENTO 12 M	UN	1.000	154.5667	154.566,70
159	9574	VERGALHÃOARMAÇÃOCONCRETO20MM.MATERIALFERRO,TIPOCA-50,COMPRIMENTO 12M.	UN	200	320.0600	64.012,00
160	6008	VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO 5 MM - MATERIAL FERRO, TIPO CA-50, COMPRIMENTO 12 M	UN	2.000	69.2333	138.466,60
161	6009	VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO 8MM - MATERIAL FERRO, TIPO CA-50, COMPRIMENTO 12 M	UN	2.000	99.2333	198.466,60
162	9182	VERNIZ BRILHANTE 3,6 LITROS - RENDIMENTO EM M ² POR DEMÃO: 110	UN	100	140.4650	14.046,50
163	9575	VIGA METALICA PERFIL I. 3 POLEGADAS; TW: 4,32MM; BF: 59,18MM; TF: 6,60MM; BARRA DE	UN	50	935.0000	46.750,00

Rua Antônio Moreira Barros, 101 - Centro - Teixeiras/MG - www.teixeiras.mg.gov.br - Pág. 36 de 57



Estado de Minas Gerais

		6 METROS DE COMPRIMENTO.				
164	9576	ZARCÃO PRODUTO ANTICORROSIVO E ANTIOXIDANTE; ACABAMENTO FOSCO, RENDIMENTO MÍNIMO DE 25,00 M² DEMÃO, POR GALÃO DE 3,6L, COR LARANJA, 1° LINHA COMPROVADO POR CERTIFICADO EMITIDO PELOS FABRICANTES, COM SELO DE QUALIDADE ISO 9001 - GALÃO COM 3,6 LITROS.	UN	100	146.0000	14.600,00

^{*}Valor total estimado para esta licitação: R\$ 3.490.844,43 (Três milhões, quatrocentos e noventa mil oitocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e três centavos).

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. Justificamos a aquisição de material de construção para eventuais reformas e pequenos reparos e adaptações na estrutura física dos prédios públicos e manutenção de estradas vicinais/urbanas do município de Teixeiras-MG, visando manter as instalações e estradas adequadas a um ambiente seguro e conservado, proporcionando estímulo, saúde e bem estar não somente aos servidores das secretarias mas também a toda a comunidade em geral, que utiliza os serviços prestados pela prefeitura;
- 2.2. Os quantitativos dos materiais foram estimados de acordo com a demanda de cada setor e com base no consumo verificado nos últimos 12 meses.
- 2.3. A necessidade de contratações frequentes, com aquisição e entrega parceladas, conforme as necessidades que efetivamente se concretizem, sendo evidente que pela natureza e destinação do material não é possível definir com plena exatidão o quantitativo a ser demandado pela Administração, considerando, ademais, a ausência de condições de estocagem em grande quantidade de material.
- 2.4. A presente proposição de contratação tomou como base o princípio da teoria de livre mercado, no qual os fornecedores concorrem na busca de oferecer o menor preço por item, sem com isso, comprometer a qualidade, a confiabilidade, a continuidade de fornecimento. Tal princípio trará beneficios e economia substanciais ao serviço público, cujas políticas e diretrizes devem estar orientadas para garantir e maximizar a qualidade ao menor preço possível.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 3.1 Normas e procedimentos contidos na Lei 123/2006, LEI COMPLEMENTAR 147/2014, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que regulamentam a modalidade Pregão, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações e demais normas contidas no Edital.
- 3.2 A Adoção do SRP (Sistema de Registro de Preços) justifica-se pela conveniência da contratação parcelada para as aquisições dos bens de consumo necessários à Prefeitura de Teixeiras, sendo que neste momento o orçamentário não será liberado em sua totalidade, de acordo com a previsão contida no inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.892, de 23 de



Estado de Minas Gerais

janeiro de 2013 e demais alterações do Decreto 9.488, de 30 de agosto de 2018 que regula a participação de outros órgãos que pleitearem adesão a Ata de Registro de Preços de acordo com as cláusulas editalícias. Ademais, pela natureza dos bens, não se pode precisar o quantitativo exato a ser consumido pela Municipalidade, vez se tratar de produtos cuja aquisição é frequente pelo ente local, tornando necessária a feitura do Sistema de Registro de Preço.

4. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E ENTREGA DO OBJETO

4.1. A aquisição do objeto será de acordo com as necessidades de cada Secretaria do município de Teixeiras. A entrega deverá ser em até 05 (cinco) dias uteis após recebimento da ordem de fornecimento de acordo com o Termo de Referência.

4.2. A Prefeitura de Teixeiras não está obrigada a contratar a totalidade dos itens licitados;

- 4.3. Os valores estimados para contratação do objeto deste certame constam dos autos do processo licitatório em referência, mais especificamente na requisição e nas pesquisas de preços realizadas pela autoridade competente.
- 4.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;
- 4.5. O recebimento dos bens no local designado será feito por servidor ou comissão constituída para este fim e obedecerá ao seguinte trâmite:
- 4.5.1. A Contratada dirigir-se-á ao local da entrega munido da Nota Fiscal e da Nota de Empenho respectivas;
- 4.5.2. Em caso de irregularidade não sanada pelo fornecedor, a comissão/servidor reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao órgão competente para providências de penalização.

4.6. Especificações quanto à emissão e recepção da ordem de fornecimento:

- 4.6.1. A ordem de fornecimento, a ser emitida pelo Departamento de Compras, é realizada de forma eletrônica pelo sistema informatizado e será enviada preferencialmente por e-mail, podendo a Administração enviar a ordem de fornecimento pessoalmente ou via correios (neste caso, mediante uso do Aviso de Recebimento AR);
- 4.6.2. O licitante deverá fornecer junto à sua proposta o e-mail para o qual poderão ser encaminhadas as ordens de fornecimento;
- 4.6.3. Considera-se como data do recebimento da ordem de fornecimento:
 - a) O primeiro dia útil seguinte ao do envio do e-mail, no caso de ordem de fornecimento enviada por e-mail;
 - b) O dia do recebimento da correspondência, no caso de ordem de fornecimento enviada por meio postal.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. São obrigações da Contratante:
 - 5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
 - 5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



Estado de Minas Gerais

- 5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas durante o fornecimento do objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, **prazo** e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 6.1.3. Indenizar o Contratante quando ocorrerem avarias ocasionadas, comprovadamente, por manuseio indevido, extravios e outras ocorrências que comprovem a sua culpa;
- 6.1.4 Correrão por conta da Contratada todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.
- 6.1.5 Comunicar à Prefeitura Municipal os eventuais casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva comprovação, em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.
- 6.1.6 Arcar com quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, isentando a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade;
- 6.2. Cumprir fielmente o objeto licitado, de forma que seja realizado com esmero e perfeição, executando sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;
- 6.3. Responder, integral e exclusivamente por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados direta e indiretamente, por seus empregados, representantes ou prepostos os bens da contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado;
- 6.4. Arcar com todos os prejuízos resultantes de ação judicial a que a contratante for compelida a responder por força da futura contratação, incluindo despesas judiciais e honorárias advocatícios;
- 6.5. Comunicar imediatamente a Contratante qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto contratado;



Estado de Minas Gerais

- 6.6. Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação necessária a execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista;
- 6.7. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à Contratante;
- 6.8. Manter, por todo o período de execução, as condições que garantiram a sua habilitação, incluída a regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública;
- 6.9. A Prefeitura de Teixeiras, fornecerá juntamente com o Edital, modelos de formulários padronizados a serem seguidos pela licitante vencedora. O município poderá solicitar ou alterar os modelos de acordo com a demanda das secretarias, desde que haja equilíbrio financeiro entre as partes.
- 6.10. Apresentar na assinatura do Contrato, Alvará de Funcionamento do estabelecimento e demais documentações de funcionamento e vigência que se fizer necessária.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa Jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- 8.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- 8.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, o poderá ser designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:



Estado de Minas Gerais

- 10.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 10.1.6. Não mantiver a proposta.
- 10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 10.2.2. Multa moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- 10.2.3. Multa compensatória de 5 % (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 10.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 10.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
- 10.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 10.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados:
- 10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 10.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.



10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Obs.: As especificações e condições dos serviços é de responsabilidade exclusiva da secretaria requisitante, não sendo atribuído à CPL, Pregoeira e Equipe de apoio quaisquer culpabilidade neste sentido.

APROVO o presente Termo de Referência cuja finalidade é subsidiar os licitantes de todas as informações necessárias à participação do certame, estando presentes os elementos necessários a identificação do objeto, seu custo e todos os critérios para participação de forma clara e concisa.

Teixeiras, 22 de julho 2022.

EDILTON VIEIRA ALVES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE



ANEXO II - MODELO PROPOSTA COMERCIAL PROCESSO 063/2022 - PREGÃO 022/2022 - RP 026/2022

n°,	estabelecida à Av./Rua	N°,	bairro	, na cidad	e de	·····,
proposta de preço CONSTRUÇÃO,	s relativa ao REGISTRO DE PRE MATERIAL ELÉTRICO, FER iminados no Termo de Referência e a	EÇOS PARA EV RRAMENTAS E	ENTUAL	AQUISIÇÃ	O DE MAT	ERIAL DE
N° ITEM	DESCRI ÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
TOTAL						
TOTAL POR EXT	TENSO: R\$()					
Declaramos, expre	essamente, que:					
	egralmente e sem qualquer restrição, ões e exigências de execução dos trab		s da contrat	tação e temos	s pleno conh	ecimento do
Concordamos, into ANEXOS.	egralmente e sem qualquer restrição	, com as condiçõ	es estabeled	cidas no Edit	al, Contrato	/ARP e seus
brasileiras, bem co	objeto licitado, observaremos, rigoromo as recomendações e instruções onaterial/serviços em conformidade co	lo município, assu	ımindo, des	de já, a integ	ral responsal	pilidade pelo
ônus que porventu	reços propostos estão incluídos todos ra possam recair sobre o forneciment ção de propostas e seus anexos.					
O valor total estim	ado para a aquisição é de R\$					
Valor por Extenso	:					
	sta:(mínimo 60 dias) Condição d					
Data da Proposta	:/2022.					
Dados Bancários:	Conta:Agência:Ba	nco:Re	esponsável (da empresa:		



Assinbatura:		
	CARIMBO DO CNPJ	
CPF	Identidade:	

OBS: Este anexo deverá obrigatoriamente ser inserido no Envelope de Proposta.



Estado de Minas Gerais

ANEXO II-A MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA PROCESSO 063/2022 - PREGÃO 022/2022 - RP 026/2022

(Identificação completa do representante da Licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da Licitante), inscrita no CNPJ sob o nº__, sediada em___(endereço completo)____, para fins de atendimento ao disposto no Edital de Licitação PROCESSO 063/2022 - PREGÃO 022/2022 - RP 026/2022, declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, Decreto-Lei n.º 2.848/1940, que:

- a) a proposta apresentada para participar do PROCESSO 063/2022 PREGÃO 022/2022 RP 026/2022 da Prefeitura Municipal de Teixieras foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do PROCESSO 063/2022 PREGÃO 022/2022 RP 026/2022, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do PROCESSO 063/2022 PREGÃO 022/2022 RP 026/2022 da Prefeitura Municipal de Teixeiras não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da Licitação, em epígrafe, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do PROCESSO 063/2022 PREGÃO 022/2022 RP 026/2022 da Prefeitura Municipal de Teixeiras, quanto a participar ou não da referida Licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Licitação, em referência, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do PROCESSO 063/2022 PREGÃO 022/2022 RP 026/2022 da Prefeitura Municipal de Teixeiras, antes da adjudicação do objeto da mencionada Licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PROCESSO 063/2022 PREGÃO 022/2022 RP 026/2022 da Prefeitura Municipal de Teixeiras não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Teixeiras, antes da abertura oficial das propostas;

f) Que esta la.	á plenamente cien	te do teor e	da extensã	o desta declaração	e que detém p	olenos podere	s e informaçõe	s para firmá
	(Local)	,	de	de 2022				
			(Assinatu	ıra do Representa	nte Legal)			

(DOCUMENTO A SER APRESENTADO NO ENVELOPE PROPOSTA)

(IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA)



ANEXO III - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇOES DE HABILITAÇÃO

PROCESSO 063/2022 - PREGÃO 022/2022 - RP 026/2022

Pelo presente instrumento, credenciamos o(a) Sr.(a)
portador(a) da Cédula de Identidade n.º, inscrito no CPF sob o nº, como representante da empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, para participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de
Teixeiras, na modalidade Pregão Presencial N° 022/2022, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe plenos
poderes para pronunciar-se em seu nome, bem como formular proposta comercial, efetuar lances, assinar documentos,
manifestar-se em nome da empresa, requerer vista de documentos e propostas, interpor recurso e praticar todos os atos
inerentes ao certame, a que tudo daremos por firme e valioso.
Na oportunidade declaramos cumprir plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital, nos termos do art. 4°, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, sob pena de responsabilização nos termos da Lei.
Assinatura:
Nome legível:
Cargo:
Carimbo CNPJ:
Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do Contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para
constituir mandatário. O licitante apresentará no ato do credenciamento o modelo acima fora dos Envelopes. (Vide Cláusula 5.5 do Edital)

(DOCUMENTO A SER APRESENTADO NO CREDENCIAMENTO)



ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA PROCESSO 063/2022 - PREGÃO 022/2022 - RP 026/2022

	A empresa	, inscrita no CNPJ sob o nº	, por intermédio de seu representante lega
o (a)	Sr.(a)	, inscrita no CNPJ sob o nº portador da Cédula de Identidade nº	, inscrito no CPF sob o n
	, DECLAR	A, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII	I, do art. 7º da Constituição da República
que nã anos.	io emprega menor	de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou ins	alubre e que não emprega menor de dezessei
Ressal	va: emprega meno	or, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz	().
		,dede 2022.	
		Assinatura, qualificação e carimbo do repres	entante legal
(Obse	rvação: em caso a	afirmativo, assinalar a ressalva acima)	
	(DOCUMEN	NTO A SER ANEXADO NO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO	0)



Estado de Minas Gerais

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

À Pregoeira do Município de Teixeiras

PROCESSO 063/2022 - PREGÃO 022/2022 - RP 026/2022

Declaro para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, instaurado pelo Município de Teixeiras, que:

- Não estamos cumprindo em qualquer esfera da administração pública, sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93.
- Não somos empresa concordatária ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, bem como não estamos reunidas em consórcio ou coligação, ou que cujos sócios ou diretores pertençam simultaneamente a mais de uma empresa licitante, e ainda, que não existe vinculo diretamente entre os sócios.
- Não somos Empresa de sociedade e empresários que não esteja adaptada às disposições do Código Civil de 2002, a teor do artigo 2031.
- Não somos autores do projeto, básico ou executivo, do objeto da presente licitação, pessoa física ou jurídica;
- Não somos empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Termo de Referência ou executivo do objeto da presente licitação, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- Não sou servidor efetivo, comissionado, empregado público, prefeito, nem vereador, do Município de Teixeiras e ainda, os seus sócios ou titulares não se enquadram nas hipóteses previstas na Sumula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.
- Declaramos cumprir plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital em tela nos termos do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, sob pena de responsabilização nos termos da Lei.
- Para fins de participação no Pregão Presencial em pauta, sob as penas da Lei, que INEXISTE QUALQUER FATO IMPEDITIVO para sua participação no Pregão Presencial acima citado, estando apta e HABILITADA a realizar contratação com o Poder Público de qualquer esfera e se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

min EBiti vo para saa paraoipaça	o no rreguo rreseneiar	acima citado, estas	ido upia e imibiliin	ibii a realiza
contratação com o Poder Público de q	ualquer esfera e se compi	romete a comunicar o	corrência de fatos super	venientes.
Por ser a expressão da verdade, assino	o presente para que prod	luzam todos os efeito	s legais.	

Teixeiras,	_de	_de 2022
(Assinatura do	o propon	ente ou representante legal)

(DOCUMENTO A SER APRESENTADO NO CREDENCIAMENTO)



Estado de Minas Gerais

ANEXO VI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (MINUTA)

ATA No xxx/2022

PROCESSO 063/2022 - PREGÃO 022/2022 - RP 026/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos dias do mês de de 2022, a PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRAS, situada na Rua Antônio Moreira Barros, n° 101, Centro, em Teixeiras - MG, CEP 36.580-000, inscrita no CNPJ sob o n° 18.134.056/0001-02, a seguir denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Sr. Prefeito Nivaldo Rita, sob a regência da Lei Federal n° 10.520/2002, da Lei Complementar Federal n° 123/2006 (atualizada pela LC 147/2014), subsidiariamente, pela Lei Federal n.º 8.666/93, e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, resolve registrar os preços da empresa abaixo identificada, a seguir denominada simplesmente FORNECEDOR, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDOR:								
CMPRESA 1:, com sede na Rua, nescrita no CNPJ/MF sob o n.º, neste ato representada por seu, o Sr(a), residente na cidade de, portador da Carteira de Identidade n.º, CPFn.º;								
nscrita no CNPJ/MF sob o n.º, neste ato representada por seu, o Sr(a								

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, MATERIAL ELÉTRICO, FERRAMENTAS E CORRELATOS**, conforme especificações e quantitativos discriminados no Termo de Referência e demais anexos do Edital e de acordo com a proposta da Contratada apresentada ao PROCESSO 063/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 022/2022 REGISTRO DE PREÇO Nº: 026/2022.
- 1.2 Este instrumento não obriga A Prefeitura de Teixeiras a adquirir os produtos nele registrados nem a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.
- 1.3 Integram a presente Ata, como se nela estivessem transcritos, o Edital, seus Anexos e a proposta comercial da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS E DOTAÇÕES

- 2.2 As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos financeiros específicos, alocados na Prefeitura Municipal De Teixeiras MG do exercício vigente, os quais serão detalhadamente discriminados quando da emissão da respectiva Nota de Empenho/AF.



Estado de Minas Gerais

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

- 3.1 A presente ata terá validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.
- 3.2 Os contratos decorrentes desta SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido o disposto no art. 57 da Lei no 8.666, de 1993.
- 3.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação.

CLÁUSULA QUARTA - DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1 O gerenciamento deste instrumento caberá à Prefeitura Municipal de Teixeiras, para avaliar o mercado esporadicamente, poderá promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar os preços registrados.
- 4.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado.
- 4.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 4.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 4.5 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 4.6 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 4.6.1- liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
- 4.6.2 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 4.6.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 4.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 4.7.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 4.7.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 4.7.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 4.7.4 sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).



Estado de Minas Gerais

- 4.8 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 4.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 4.9.1 por razão de interesse público; ou
- 4.9.2 a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

- 5.1 A aquisição do objeto será de acordo com as necessidades de cada Secretaria do município de Teixeiras. A entrega deverá ser em até 07 (sete) dias úteis após recebimento da ordem de fornecimento de acordo com o Termo de Referência.
- 5.1.1 A entrega dos produtos ocorrerá nas dependencias da Contratada, fiscalizada pelo setor de almoxarifado ou servidor designado pela secretaria de solicitante, na qual se atestará o seu recebimento.
- 5.2 Caso seja solicitado, o licitante vencedor deverá apresentar todas as autorizações, certificados, licenças e demais documentos exigidos pela legislação vigente no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 5.3 O gestor do contrato/ARP realizará o controle da execução dos serviços prestados, qualitativa e quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

- 6.1 aquisição dos produtos decorrente deste registro de preços observará a ordem de classificação dos fornecedores.
- 6.2 Os direitos e responsabilidades das partes, as sanções cabíveis e as hipóteses de rescisão são os constantes do Edital de Licitação relativo ao PROCESSO 063/2022 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 022/2022 REGISTRO DE PREÇO Nº: 026/2022.
- 6.3 Se o fornecedor recusar-se a atender a Ordem de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação até o terceiro lugar, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.
- 6.4 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução:
- 6.4.1 O objeto será recebido provisoriamente, desde que satisfeitas as seguintes condições:
- a) devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades em conformidade com o estabelecido na Ordem de Fornecimento;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste edital;
- d) de acordo com as especificações do termo de referência do processo em epígrafe.
- e) Caso seja constatado que o preço registrado na ata seja superior à média dos preços de mercado, o município solicitará ao fornecedor redução do preço registrado, de forma a adequá-lo de acordo com pesquisa realizada pelo setor de compras.



Estado de Minas Gerais

- 6.5 O objeto deverá ser fornecido de acordo com os padrões especificados no edital que precede a Ata de Registro de preços e em seu termo de referência. A Prefeitura não se obriga a receber os produtos que não estejam de acordo com as especificações e exigências da administração Municipal e de acordo com a legislação pátria aplicável bem como todas as normas incidentes as quais os licitantes declaram conhecer.
- 6.6 O objeto será recebido definitivamente após a verificação física para constatar a integridade dos materiais, a quantidade e especificações, estando as amostras aprovadas.
- 6.7 Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á termo de recebimento definitivo, que poderá ser substituído pela atestação do recebimento no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidor responsável da Prefeitura de Teixeiras.
- 6.8 Caso sejam insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o material rejeitado ser substituído no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quando serão realizadas novamente as verificações previstas neste edital.
- 6.9 Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na execução e sujeito à aplicação das sanções previstas neste edital.
- 6.10 Os materiais, mesmo entregues e aceitos, ficam sujeitos à substituição, desde que comprovada a má-fé do fornecedor ou a pré-existência de defeitos constatados quando de seu uso.
- 6.11 Os materiais fornecidos em desacordo com as especificações que integram esta Ata não serão aceitos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE TEIXEIRAS

- 7.1.1 São obrigações da Contratante:
- 7.1.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas durante o fornecimento do objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.1.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.2 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.2.1 - São obrigações da Contratada:



Estado de Minas Gerais

- 7.2.1.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 7.2.1. 2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 7.2.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.2.1.4 Indenizar o Contratante quando ocorrerem avarias ocasionadas, comprovadamente, por manuseio indevido, extravios e outras ocorrências que comprovem a sua culpa;
- 7.2.1.5 Correrão por conta da Contratada todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.
- 7.2.1.6 Comunicar à Prefeitura Municipal os eventuais casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva comprovação, em até 5 (cinco) dias 7.2.1.7 consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.
- 7.2.1.7 Arcar com quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, isentando a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade;
- 7.2.1.8 Cumprir fielmente o objeto licitado, de forma que seja realizado com esmero e perfeição, executando sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;
- 7.2.1.9 Responder, integral e exclusivamente por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados direta e indiretamente, por seus empregados, representantes ou prepostos os bens da contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado;
- 7.2.1.10 Arcar com todos os prejuízos resultantes de ação judicial a que a contratante for compelida a responder por força da futura contratação, incluindo despesas judiciais e honorárias advocatícios;
- 7.2.1.11 Comunicar imediatamente a Contratante qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto contratado;
- 7.2.1.12 Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à Contratante;
- 7.2.1.13 Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação necessária a execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista;
- 7.2.1.14 Manter, por todo o período de execução, as condições que garantiram a sua habilitação, incluída a regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública;
- 7.2.1.15 A Prefeitura de Teixeiras, fornecerá juntamente com o Edital, modelos de formulários padronizados a serem seguidos pela licitante vencedora. O município poderá solicitar ou alterar os modelos de acordo com a demanda das secretarias, desde que haja equilíbrio financeiro entre as partes.



Estado de Minas Gerais

- 7.2.1.16 Apresentar na assinatura do Contrato, Alvará de Funcionamento do estabelecimento e demais documentações de funcionamento e vigência que se fizer necessária.
- 7.2.1.17 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.2.1.18 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I deste do Edital, de acordo com o art. 65, §1º da Lei federal nº 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia da Prefeitura de Teixeiras;

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1 A Prefeitura de Teixeiras pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Ordem de compra e da Nota de Empenho.
- 8.2 As despesas serão pagas pela tesouraria da Prefeitura Municipal de Teixeiras, ou em estabelecimento bancário, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega definitiva dos produtos e apresentação de hábil documento fiscal.
- 8.2.1 Para facilidade de pagamento, solicita-se a indicação do número da conta bancária, nome do banco e agência no documento fiscal.
- 8.3 Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, ou troca de materiais insatisfatórios, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização dos mesmos.
- 8.4 Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com as especificações contidas neste edital.
- 8.5 No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.
- 8.6 Para cada Ordem de compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e consequentemente lançado nesta Ata.
- 8.7 A Prefeitura de Teixeiras se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

- 9.1 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado.
- 9.2 Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 9.3 Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Prefeitura Municipal para alteração, por aditamento, do preço da Ata.
- 9.4 Para o reajustamento será necessária a apresentação dos seguintes comprovantes:



Estado de Minas Gerais

- a) Notas Fiscais de compras por parte do contratado referente ao seu distribuidor, tanto da Nota Fiscal da época do início da Ata, decorrente desta licitação, como da Nota Fiscal por ocasião do suposto aumento;
- b) Revista, jornal e/ou periódico, demonstrando o aumento do preço de um determinado item dentro do mercado;
- c) Planilha de custos compreendendo o custo do produto e demais componente (impostos, transporte, funcionários, etc.)
- 9.4.1 Sem a apresentação destes documentos não há como justificar a quebra do equilíbrio econômico- financeiro da Ata quanto ao item licitado.
- 9.5 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual alteração daqueles existentes no mercado, cabendo à Prefeitura de Teixeiras convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.
- 9.6 Se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado, o fornecedor, antes da emissão de Ordem de compra, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas e lista de preços de fabricantes, de que não é possível cumprir as exigências da Ata de Registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS

10.1 - A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

10.1.1 - Pela Prefeitura de Teixeiras:

- a) quando o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não atender a ordem de compra no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei federal nº 8.666/93;
- d) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura de Teixeiras.

10.1.2 - Pelo FORNECEDOR:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.
- 10.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o FORNECEDOR será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao procedimento administrativo da presente Ata.
- 10.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do FORNECEDOR, a comunicação será feita por publicação no AMM (Associação Mineira dos Municipios), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.



Estado de Minas Gerais

- 10.4 A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento dos preços registrados deverá ocorrer com antecedência de 30 (trinta) dias e poderá não ser aceita pela Prefeitura de Teixeiras, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.
- 10.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento dos itens.
- 10.6 Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I do art. 79 da Lei federal nº 8.666/93, A Prefeitura de Teixeiras adotará as medidas ordenadas pelo art. 80 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que::
- 11.1.1 Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3 Fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5 Cometer fraude fiscal;
- 11.1.6 Não mantiver a proposta.
- 11.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 11.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 11.2.2 Multa moratória de 2 % (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- 11.2.3 Multa compensatória de 5 % (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 11.2.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 11.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos;
- 11.2.6 Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 11.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 11.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:.



Estado de Minas Gerais

- 11.3.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 11.3.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.3.4 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- 12.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
- 12.2 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
- 12.3 Caberá ao(s) fornecedor(es) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento aos órgãos interessados, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 12.4 As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
- 12.5 Caberá ao órgão que se utilizar da Ata verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

- 13.1 Integram esta Ata, o edital de convocação e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.
- 13.2 Fica eleito o foro da Comarca de Teixeiras -MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata, tendo esta força de contrato entre as partes, que assinam a presente em 02(duas) vias de igual teor e forma.

Εı	por	estarem	assim a	iustadas.	as	partes	assinam	а	presente /	٩ta
----	-----	---------	---------	-----------	----	--------	---------	---	------------	-----

Teixeiras, de, de 2022.

PREFEITURA DE TEIXEIRAS NIVALDO RITA - Prefeito